

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



A GUERRA

VOLUME 30, 2009

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A GUERRA NO LESTE DE ANGOLA (1966-74)
Vitória militar das Forças Armadas Portuguesas sobre a guerrilha,
em Angola

1. Os movimentos independentistas armados

Em 15 de Março de 1961, os Portugueses viram-se confrontados com o início de uma luta conduzida no interior do território de Angola por parte da sua população, ainda que ínfima, manobrada por grupos vindos do exterior com a ajuda dos países limítrofes. Esta luta era dirigida contra as autoridades legalmente constituídas e tinha por finalidade a sua deposição ou a paralisação da sua acção, de modo a permitir a criação de um governo de território independente, sob a égide das forças subversivas. Portugal passou a suportar, a partir de então, uma guerra subversiva na qual a conquista e o apoio das populações seriam decisivas para o seu desfecho. Os agentes da subversão utilizavam todos os meios ao seu alcance, nomeadamente o terrorismo, e foram tendo, com o decorrer do tempo, o apoio crescente das organizações internacionais e de grande número de países, em especial da Ásia e de África, recém independentes, que os armavam e defendiam na O.N.U., a qual, lentamente, foi também aumentando a hostilidade contra o nosso país.

* Tenente-Coronel. Membro da Comissão Portuguesa de História Militar.

As FAP (Forças Armadas Portuguesas), que acorreram a Angola, enfrentaram pelas armas, ao longo dos treze anos que durou essa guerra, três movimentos independentes - a UPA (União dos Povos de Angola), fundada em 1958, em Accra, no Gana, e que tinha como dirigente principal Holden Roberto; o MPLA (Movimento Popular da Libertação de Angola), fundado em 1960, entre outros pelos irmãos Pinto de Andrade, Viriato da Cruz e Lúcio Lara e dirigido, a partir de 1962, por Agostinho Neto; e a UNITA (União para a Independência Total de Angola), fundada em 1966, no interior de Angola, no distrito de Moxico, por Jonas Savimbi. Estes três movimentos não surgiram, pois, simultaneamente no teatro de operações de Angola e, à medida que iniciavam a sua actividade de guerrilha mostravam, em relação aos que já actuavam, divergências ideológicas e estratégicas inultrapassáveis e rivalidades profundas, chegando mesmo a lutar uns contra os outros. Por este motivo, as FAP combateram sempre, na prática, contra três inimigos diferentes e hostis entre si, circunstância que favoreceu, em parte, a sua acção.

O objectivo estratégico de qualquer destes movimentos era obviamente a independência de Angola; porém, enquanto a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), que resultou da união da UPA com o PDA (Partido Democrático de Angola), nunca declarou a vontade de negociar com Portugal, o MPLA não excluiu o recurso a essa via e a UNITA chegou mesmo a estabelecer um entendimento com as autoridades portuguesas, ainda que a sua intenção final fosse pouco clara e nunca tivesse sido devidamente explicada. Por outro lado, enquanto a FNLA colhia apoios nos países ocidentais, o MPLA recebia-os da URSS e, a UNITA, da China.

Detenhamo-nos, ainda que brevemente, na génese e na evolução destes movimentos independentistas até ao ano de 1970, marco fundamental para compreender o desfecho da guerra pois trata-se do ano em que todos eles atingiram o máximo do seu poderio.

AUPA / FNLA, de cariz pró-ocidental, instalou-se da R.D.C. (República Democrática do Congo, o ex-Congo belga) após a independência deste território em 1960, recebendo sempre e em exclusividade o apoio deste país, onde tinha implantado as suas bases. Foi o movimento pioneiro da luta armada, que iniciou em 15 de Março de 1961 com um massacre generalizado no Norte de Angola, nos distritos do Uíge e do Zaire, e com a chacina bárbara de milhares de pessoas de todas as raças, o que

terá constituído um enorme erro. Este facto criou em todo o território português um clima emocional que não tinha outra saída senão a indicada pelo governo português: "Tara Angola, rapidamente e em força", o que coarctou, em definitivo, a possibilidade de diálogo entre as duas partes.

Tendo iniciado a luta armada de forma precipitada e pelo terrorismo, a UPA não tinha meios, nem armas, nem o apoio das populações, pelo que não foi capaz de manter o controlo da situação na área que afectou, que era cerca de duas vezes e meia a superfície de Portugal Continental. A reacção das forças militares, a partir de Junho de 1961, e o regresso em Novembro às sanzalas de cerca de três centenas de milhar de elementos da população, que se haviam acolhido nas matas interiores para fugir à acção da UPA, anularam as intenções deste movimento. Nos finais de 1961, os agitadores estavam remetidos a regiões de difícil acesso, onde eram sistematicamente combatidos pelas Forças Armadas e onde se mantiveram até 1970. Em pouco tempo, porém, passaram do terrorismo à guerrilha. Durante esta década, foram-se organizando e armando, chegando a ter grande poderio, calculando-se que, no seu auge, teriam 2.500 guerrilheiros armados. Dessas zonas de refúgio saíam para emboscar militares e atacar populações indefesas, sem que alguma vez conseguissem assumir a iniciativa da guerra.

Com sucessivas operações, as Forças Armadas foram desarticulando a FNLA, impedindo não só a expansão da guerrilha para sul, mas evitando mesmo o alastramento da limitada área territorial na qual aquela organização se instalara em força.

A partir das bases do Congo, a FNLA alimentava quartéis montados no interior de Angola e atacava directamente Cabinda, em rivalidade com o MPLA, a partir do aparecimento deste movimento em 1962. Em 1970, fez entrar em Angola, num esforço supremo, três poderosos batalhões, que surgiram em áreas inusitadas e que surpreenderam as forças militares, acabando no entanto por ser dizimados. Incapaz de alterar a sua situação, a FNLA remeteu-se de novo à habitual área alargada dos Dembos, continuando a ter uma guerrilha forte, embora circunscrita, no Norte, enquanto era insignificante no Leste, quando a Frente Leste foi activada pela UNITA e pelo MPLA.

O MPLA, de tendência marxista, começou por se fixar também na R.D.C. para, de seguida, passar para a R.P.C. (República Popular do Congo, o ex-Congo francês), após o golpe de Estado que colocou este

país na órbita soviética. Em 1962, tinha as suas bases na fronteira de Cabinda, que atacava com grande poder de fogo; todavia, não logrou concitar o apoio da população cabinda. Quando a Zâmbia se tornou independente, abraçando o comunismo, e recebeu o apoio deste país, o MPLA fez (em 1965) uma profunda revisão da sua estratégia. Deixou na frente de Cabinda uma reduzida força para manter a chama da guerrilha e procedeu a uma muito ampla transposição do grosso das suas forças para a Zâmbia, onde abriu a sua chamada Frente Leste e onde montou as suas bases na fronteira de Angola, ameaçando directamente os distritos angolanos da Lunda, Moxico e Cuando-Cubango.

A partir de Outubro de 1966, o MPLA iniciou acções violentas nestes distritos do Leste, penetrando profundamente em Angola por um conjunto de linhas de infiltração ao longo dos rios que ali têm a orientação favorável de leste-oeste e criando uma situação muito delicada. As suas penetrações, no ano de 1970, atingiram a proximidade do planalto de Huambo e do rio Cuanza, ameaçando dali toda a Província, se não fosse detido. Uma área do Leste com cerca de sete vezes a superfície de Portugal Continental estava em perigo e, com ela, a decisão da guerra inclinava-se perigosamente em favor do MPLA.

A UNITA antecipou-se ao MPLA na abertura da Frente Leste. Durante todo o ano de 1966 mostrou actividade, sobretudo sobre as populações, o que culminou com o ataque a Vila Teixeira de Sousa, no Natal deste ano (onde sofreu um fortíssimo revés), não se intimidando com a entrada do MPLA nas suas zonas de influência. Sem apoios, com um aguerrido grupo de cerca de 500 guerrilheiros e com apreciável capacidade de mobilização das populações, a UNITA instalou-se numa região de grande importância estratégica mostrando toda a argúcia do seu líder, Jonas Savimbi, que era natural daquela área. Fixou-se na farta e populosa área a sudoeste do Luso, onde, vivendo de recursos locais e alimentando a guerra com o saque, constituía um obstáculo muito difícil de transpor pelo MPLA para a concretização da sua estratégia. Nesta região do Bié, a leste do Cuanza, que constituía a cabeça das linhas de penetração do MPLA, mantinha uma infiltrante para a Zâmbia, através do rio Lungué-Bungo. Esta posição criava-nos, porém, um problema paradoxal: se fosse atacada pelas FAP, a partir de Silva Porto e Andulo, ficaria entre elas e o MPLA e não poderia sobreviver; contudo, às forças militares portuguesas convinha que a UNITA ali ficasse de modo a constituir um tampão aos desígnios do MPLA.

Enquanto não teve rivais no Leste, a UNITA combateu as tropas portuguesas com vigor, atingindo o auge da sua actividade (à semelhança dos outros movimentos) no ano de 1970. Porém, a Zâmbia criou-lhe inesperadas dificuldades que complicaram a sua logística, obrigando Savimbi a fazer uma revisão da sua estratégia que passaria, como veremos, por um acordo com as autoridades portuguesas.

2. A contra-ofensiva das Forças Armadas Portuguesas

A área de subversão activa em todo o território de Angola (Frente Norte, da FNLA e do MPLA, este com reduzida expressão; e Frente Leste, do MPLA, da UNITA e da FNLA, esta sem grande visibilidade) foi assumindo os seguintes valores: de 6% do território em 1961, exclusivamente no Norte e apenas devido à actividade da FNLA, manteve-se estável até 1965, quando o MPLA transferiu o seu esforço de Cabinda para a Zâmbia. Começou, depois, a subir gradualmente, até atingir 42% em 1968, em grande parte devido ao enorme aumento de actividade do MPLA no Leste. Mercê de um excepcional esforço das FAP, com tropas especializadas e operações helitransportadas (Operações "Siroco") e com as tropas de quadrícula, essa percentagem desceu ligeiramente, fixando-se em 36% no ano de 1970.

A partir de 1971, as FAP fizeram profundas alterações nos processos da condução da guerra, sobre as quais passaremos a deter-nos:

2.1. Alteração do conceito de contra-subversão

Não era mais possível continuar a estratégia de rotina herdada de 1961 e assistir passivamente ao avançar galopante da subversão no Leste de Angola. O MPLA aproximava-se do Bié e do planalto do Huambo (Nova Lisboa) pelas rotas dos rios Cuando e do Luena (Rota "Agostinho Neto"), além de outras infiltrações secundárias. Daqui, seguindo o rio Cuanza, chegaria facilmente ao planalto de Malange e atingiria as portas de Luanda pelo vale do mesmo rio, que segue o traçado da linha de caminho-de-ferro Luanda-Malange.

As autoridades portuguesas já haviam iniciado, em 1967, uma alteração profunda na sua estratégia de contra-subversão, mas esta tardava

a concretizar-se. Em 7 de Outubro de 1967, os ministros da Defesa e do Ultramar assinaram um despacho conjunto que sintetizava os novos princípios que passariam a nortear o exercício da contra-subversão, que se fazia, até então, de forma desconexa a partir da actividade militar das Forças Armadas. O despacho atribuía a maior das prioridades à conquista da adesão das populações, elegendo-as como o objectivo a atingir por todas as autoridades civis e militares (cujas competências por vezes se sobrepunham, com manifesto prejuízo para a concretização das acções em seu proveito). Impunha ainda que a contra-subversão passasse a ser responsabilidade de todos, exigindo-se para tal que houvesse uma unidade de comando. Foram criados: o Conselho Provincial de Contra-Subversão (CPCS), cujo presidente era o governador-geral, que tinha a seu lado o comandante-chefe e os comandantes dos três ramos das Forças Armadas; e o Conselho Distrital de Contra-Subversão (CDCS), com o governador do distrito e comandante militar; a estrutura rematava com as Comissões Locais de Contra-Subversão (CLCS). Os vários conselhos reuniam periodicamente e os anseios e problemas das populações eram ali analisados, não podendo cada escalão remetê-los para o escalão superior sem que tivesse esgotado todos os seus meios. As populações começaram logo a sentir os efeitos desta medida.

Cada Província Ultramarina adoptou o despacho à sua especificidade, o que em Angola deu origem à célebre directiva "Angola em Armas", de 30 de Março de 1968. Previa esta directiva que se pudessem constituir Áreas Militares sempre que se justificasse (nas quais o comandante militar assumia todo o controlo e responsabilidade da contra-subversão impondo-se mesmo, em alguns assuntos, aos governadores de distrito) e que se alterasse o dispositivo militar.

Apesar do reforço da Zona Militar Leste com um batalhão, e não obstante dispor de um instrumento legal que lhe sugeria uma profunda alteração no Leste (já defendida por muitos responsáveis militares), o comandante-chefe de então, general Almeida Viana, decidiu continuar a estratégia anterior e manter a prioridade do esforço militar no Norte. Para ele, o grave problema do Leste seria resolvido com uma intensa actividade operacional que susteve ligeiramente o MPLA e a UNITA, quebra essa que está patente nas percentagens que atrás apresentámos mas que não conduziu à destruição desses movimentos inimigos. A sua Directiva n.º 1 mantinha a filosofia do já desactualizado Plano Diamante Negro, de Maio de 1965, do general Andrade e Silva, elaborado

numa altura em que o Leste estava em paz e em que a ameaça era apenas latente.

2.2. Alteração na estratégia militar

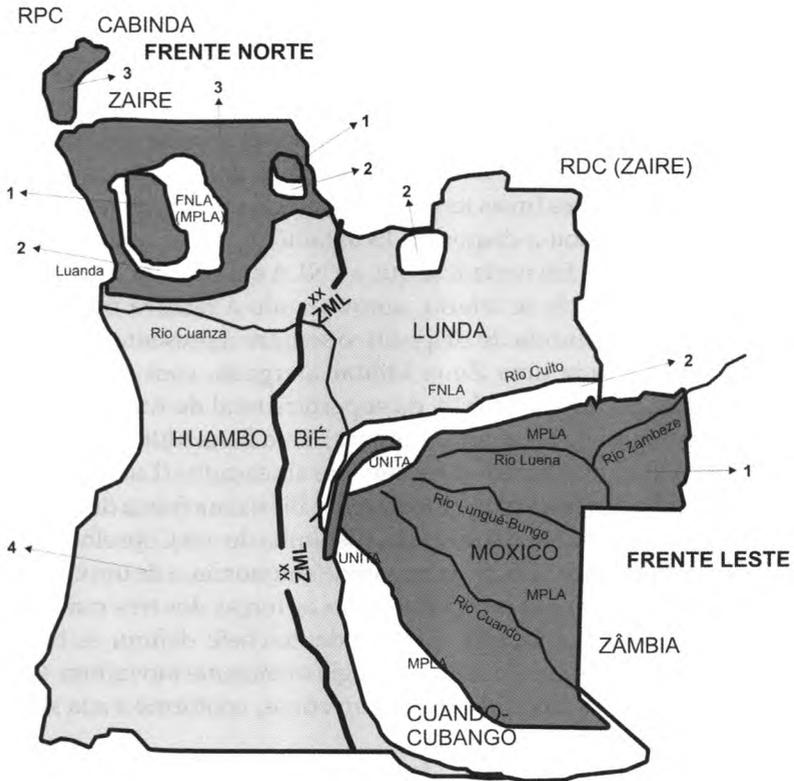
Em 1970, foi nomeado para as funções de comandante-chefe o general Costa Gomes, que enfrentou com grande clarividência a difícil situação militar no Leste, transpondo o esforço principal do Norte para o Leste. A Metrópole atingira o máximo das suas possibilidades e não podia enviar mais tropas para Angola, mas isso não constituiu óbice para a concretização do seu conceito operacional. O novo comandante-chefe retirou do Norte (onde a situação era estável e onde tendia mesmo a diminuir a área de subversão activa com a debilidade crescente da FNLA) seis batalhões (mais tarde retirou ainda um sétimo) e colocou-os no Leste, que passou a dispor de 13 batalhões, tantos quantos julgava serem necessários. Foi nesta fase que a FNLA entrou com três batalhões no Norte, como atrás se referiu, aproveitando a relativa fraqueza que uma alteração profunda do dispositivo sempre representa.

Foi então criada uma Zona Militar alargada, com sede no Luso, com mais de 600 000 Km² (52% da superfície total de Angola, 84,3% da de Moçambique e 17% superior à França). Esta Zona Militar Leste (ZML) abrangia não só os distritos directamente ameaçados (Lunda, Moxico e Cuando-Cubango) mas ainda o distrito do Bié e uma franja do distrito de Malange, ainda imunes à subversão, dispunha de um Conselho Especial de Contra-Subversão (CECS), com grande autonomia, e de um Comando-Conjunto que permitia coordenar todas as forças dos três ramos.

Após esta reorganização, o comandante-chefe definiu as bases da actuação militar, impondo uma estratégia totalmente inovadora. O território de Angola foi dividido em quatro zonas, conforme a sua situação perante a subversão:

- Zona de Grau 1 - Zonas de subversão violenta mais ou menos generalizada;
- Zona de Grau 2 - Zonas envolventes das Zonas de Grau 1;
- Zona de Grau 3 - Zonas de subversão latente e manifestamente esporádicas do inimigo;
- Zona de Grau 4 - Zonas sem subversão.

O novo comandante-chefe considerou as Zonas de Grau 2 como as mais importantes e, destas, deu especial relevância à da Zona Militar Leste. Afirmou, no CPCS, que iria ser feito um esforço no sentido de conter a subversão nestas Zonas de Grau 2, após o que, no caso do Leste, num esforço progressivo do Bié para a fronteira da Zâmbia, as FAP começariam a absorver progressivamente as Zonas de Grau 1 até empurrar o inimigo para fora do território angolano (no Leste) ou



ZONAS DE SUBVERSÃO - NOV de 1970

- LEGENDA**
 1- Zona de Grau 1
 2- Zona de Grau 2
 3- Zona de Grau 3
 4- Zona de Grau 4

conseguir destruí-lo (no Norte). A execução destas disposições começou imediatamente. Os sete batalhões que o comandante-chefe retirara do Norte não foram colocados na área onde a subversão era mais activa mas, na sua quase totalidade, foram distribuídos de forma a constituírem uma cintura de forças que progressivamente actuaria por linhas bem definidas, do interior para a fronteira. De norte para sul, os batalhões foram sediados em Dala (Lunda Sul), Luquembo, Silva Porto, Chitembo (Bié), Serpa Pinto e MTupa (Cuando-Cubango).

O documento que continha estas disposições só foi publicado e difundido pela Directiva Raio Verde de 6 de Junho de 1972, altura em que o general Costa Gomes tinha já implementado o novo dispositivo e estava nomeado o competente general Bettencourt Rodrigues para o concretizar, comandando esta ZML com grande autonomia de acção.

3. A Batalha do Leste

3.1. *Manobras sectoriais*

Ao assumir o comando da ZML, em meados de 1971, respondendo directamente perante o comandante-chefe, o general Bettencourt Rodrigues tinha sob o seu comando, com total autonomia de acção, 21500 homens de toda a natureza militar - unidades do Exército, Marinha e Força Aérea, volumosas unidades de reforço, unidades militarizadas e forças auxiliares (os "Fiéis", que eram catangueses que se haviam refugiado em Angola; os "Leais", refugiados da Zâmbia; os "Grupos Especiais", conhecidos por GE; os "Flechas" da PIDE; e milícias armadas). As forças auxiliares totalizavam 11 721 homens.

Após um estudo criterioso e aturado da situação, o general Bettencourt Rodrigues definiu a missão da ZML nos seguintes termos, em completa consonância com as directivas recebidas do general Costa Gomes:

- Conter a expansão violenta e os esforços de penetração em direcção aos distritos do Bié e Huila e exercer o esforço a partir da faixa envolvente da área de guerrilha e segundo a direcção preferencial oeste-leste, de forma a reduzi-la progressivamente;
- Impedir o recompletamento em pessoal e o reabastecimento em material e em meios de vida nas principais zonas de actividade do inimigo;

- * Dissociar os elementos combatentes inimigos relativamente à população;
- * Aniquilar o inimigo;
- * Opor-se em permanência aos movimentos do inimigo através da fronteira;
- * Exercer intensa actividade operacional nas áreas ainda não afectadas da Zona de Acção;
- ' Apoiar as Autoridades Administrativas;
- * Colaborar estreitamente com a Junta Autónoma das Estradas de Angola e proteger os seus trabalhos nas vias de comunicação;
- * Concorrer para as medidas de contra-subversão;
- * Planear, coordenar, dirigir e impulsionar a Acção Psicológica (APsic), em paralelo com os Planos de Actividade Operacional.

Ao dirigir-se ao CECS, o general Bettencourt Rodrigues explicitou que iria cumprir com total empenho esta missão através de manobras autónomas, simultâneas e integradas, concorrentes para o mesmo fim, as quais designava por "Manobra sobre as Populações", "Manobra sobre o Terreno", "Manobra de Acção Psicológica", "Manobra de Informação e Contra-Subversão" e "Manobra Militar", que, no seu conjunto, constituíam a sua "Manobra de Contra-Subversão". O general Bettencourt Rodrigues chamou com veemência a atenção para o facto de que se exigia o empenhamento de todos e frisou bem que, no cerne da actividade a desenvolver, estavam sempre e tão só dois aspectos fundamentais: a destruição do inimigo, por um lado, e, por outro, o desenvolvimento do Leste e das suas populações. Sem as populações, não se ganharia a Batalha do Leste.

Quanto à "Manobra sobre o Terreno", o Comando da ZML centrou a sua atenção nas vias de comunicação e nas pistas de aviação. Viu aprovada a construção da Grande Via do Leste, envolvente da ZML, e uma rede de itinerários conducentes a ela num total de 4.000 Km de estrada asfaltada que iria diminuir o número de baixas por engenhos explosivos e minas. Em 1973, estavam a trabalhar cinco firmas empreiteiras com a capacidade anual de 700 Km de estrada asfaltada, enquanto a engenharia militar procedia à abertura e reparação de picadas tácticas com interesse operacional e a JAEA melhorava outras. O panorama das vias de comunicação mudou radical e rapidamente, embaratecendo

e tornando mais rápido o afluxo à área de bens fundamentais para o seu desenvolvimento.

Relativamente às pistas de aviação, foi intenção do comando da ZML dispor de uma rede de pistas para todo o tipo de aviões usualmente utilizados em Angola, desde o D027 de observação ao Boeing 707 de grande capacidade de carga e que se pretendia que pudesse aterrar no Luso. O trabalho foi-se desenvolvendo no sentido de as sedes de batalhão poderem ser servidas por aviões mais pesados (como o Nord Atlas e o PV-2) e de todas as localidades que fossem sede de unidades militares disporem de uma pista para aviões ligeiros. Em 1973, era evidente o grande avanço deste plano e as vantagens e facilidades proporcionadas às FAP, com grande reflexo na manobra militar e no desenvolvimento do território.

A "Manobra sobre as Populações" efectuou-se em três vertentes: a) concretização acelerada do Plano de Desenvolvimento do Leste, aprovado ministerialmente e no qual se começaram imediatamente a investir vultuosas verbas; b) concentração intensiva das populações em aldeamentos, furtando-as assim ao contacto do inimigo e proporcionando-lhes condições que nunca haviam tido; c) acção directa sobre os povos daquela imensa área territorial. Este último aspecto passou por três fases: na primeira fase, pretendeu-se a resolução dos problemas primários e imediatos; na segunda fase, procurou-se um desenvolvimento sócio-económico que permitisse às populações obterem bens para comercializar, participando progressivamente numa economia de mercado; na terceira fase, previa-se integrar algumas áreas seleccionadas nos planos de desenvolvimento regional. Em pouco tempo, obtiveram-se resultados que ultrapassaram as expectativas. O Plano de Desenvolvimento do Leste previa 466 empreendimentos importantes, dos quais, em Dezembro de 1972, 150 estavam completados e 316 em curso em todos os sectores, como a saúde, a educação e o abastecimento de água, com óbvias vantagens para os povos. Todos estes empreendimentos começaram, de forma evidente, a fazer pender as populações para o lado das autoridades portuguesas, começando a desenhar-se no horizonte a vitória portuguesa no Leste de Angola.

No que diz respeito à "Manobra Psicológica", ajustou-se esta à "Manobra Militar", passando a ser orientada paralelamente aos Planos de Actividade Operacional e tornando-a mais visível. Elaborou-se então um plano integrado de APsic, com as linhas de força apontadas sobre os

vários grupos humanos intervenientes na contra-subversão. Em primeiro lugar, esse plano incidia sobre o inimigo e sobre as populações sob o seu controlo, visando a separação destas através da sua apresentação às autoridades portuguesas. Quanto às populações dos principais centros, pretendia-se reforçar a unidade de acção e a participação dos cidadãos na contra-subversão. Sobre as populações aldeadas, a APsic apontava no sentido de vincar a necessidade de obter a sua colaboração no alerta contra grupos ou elementos infiltrados, na negação do apoio ao inimigo e no interesse pela sua auto-defesa e auto-promoção social. A APsic sobre as nossas tropas fomentava a sua agressividade para com o inimigo, o apoio e compreensão pelas tarefas da APsic e pela promoção social das populações, o interesse pelo seu aquartelamento e a melhoria das suas condições de vida e aprumo militar. Sobre as forças auxiliares, procurou-se imprimir uma agressividade reforçada contra o inimigo e também a sua auto-promoção. Accionada por uma 5ª. Repartição da ZML muito dinâmica, tudo mudou rapidamente no âmbito da Acção Psicológica e os resultados não se fizeram esperar.

3.2. Manobra da informação

Relativamente às Informações, entendeu-se que, para concretizar eficazmente a Manobra Operacional, o Comando da ZML necessitava de um eficiente Serviço de Informações que cobrisse todos os aspectos e domínios da actividade subversiva, que fosse agressivo e que permitisse uma rápida e oportuna interpretação das notícias e da sua exploração. Foi para levar a efeito a Manobra da Informação nestas bases que a Secção de Informações da ZML foi montada e orientou as suas directivas.

Dado que a ZML confinava com países hostis, onde os movimentos dispunham de total apoio e onde haviam instalado as suas principais bases - a FNLA na R.D.C., e o MPLA na Zâmbia - e tendo em atenção que na ZML se encontravam áreas dos quatro graus de subversão, cada uma delas a exigir tratamento específico, compreende-se a acuidade das informações e a sua relação com o Plano de Actividade Operacional.

Para fazer frente às informações vindas do exterior se havia uma fácil penetração na R.D.C., o mesmo não sucedia em relação à Zâmbia, tendo sido necessário criar novos postos da DGS na fronteira com este país, em Mussuma e Rivungo.

As brigadas da DGS desenvolveram em todo o Leste uma acção excepcional na pesquisa de notícias e prestaram um contributo inestimável à Secção de Informações do Comando da ZML. No interior, para além do serviço normal de interrogatório de prisioneiros e de controlo das populações, com muita incidência nos aldeamentos, faziam uma profícua actividade operacional com os "Flechas", temíveis combatentes e óptimos pisteiros de raça bochimane que atacavam posições do MPLA com enorme sucesso, fazendo grandes capturas e apreensões de material. Agentes da DGS eram também integrados nas unidades operacionais para exploração imediata dos prisioneiros, que nas operações dos anos de 72, 73 e 74 se contavam às vezes por dezenas.

3.3. *A manobra militar*

Quando assumiu o comando da ZML, em 31 de Março de 1971, o general Bettencourt Rodrigues viu-se confrontado com o dilema de, ou dispersar as suas forças por aquela imensidão territorial (muito fracamente povoada, no quadro de um povoamento muito disperso, com raras excepções), ou concentrá-las, sem todavia descer abaixo do nível de "companhia". Foi esta a sua opção e, dado que se depositavam a todos os níveis fundadas esperanças na inversão da situação militar, a actividade operacional nos anos de 1971 a 1974 foi intensíssima no Leste de Angola, executando-se grande número de operações pelas tropas de quadrícula. As operações mais delicadas e difíceis sobre áreas onde o inimigo se instalara em força foram, em geral, executadas por corpos de intervenção (tropas comando, pára-quedistas e fuzileiros, em especial as primeiras). Todos os anos se deslocavam ao Leste um grande número destas forças para ali permanecerem durante meses, fazendo na época seca difíceis, reiteradas e muito prolongadas operações, em geral helitransportadas. A eficiência das FAP aumentou de forma extraordinária, conseguindo-se capturar grande número de armas e abater numerosos inimigos armados, o que provocou a apresentação às autoridades militares de guerrilheiros com as suas armas e de elementos da população.

O inimigo era duramente atingido por tropas muito eficientes, como eram os comandos, que se organizaram e combatiam a guerrilha em pequenos grupos muito móveis. Os guerrilheiros tinham agora como inimigo, não tropas rotinadas como eram em geral as de quadrícula,

mas tropas que actuavam como eles e que dispunham de meios mais sofisticados, como o helicóptero.

Assim, o Leste de Angola transformou-se num activo campo de batalha, onde a guerrilha não se sentia segura e onde cedo começou a ceder de forma visível, de ano para ano. A área de subversão activa, que era de 36% no início de 1970, passou para 32% em meados desse ano, para se cifrar, em Janeiro de 1971, nos 20%. Em Janeiro de 1972, essa percentagem tinha descido para 8% e, em Janeiro de 1973, para 2%, sendo praticamente nula quando ocorreu a revolução do 25 de Abril de 1974. Nos três anos finais da guerra, foi a seguinte a evolução da situação militar:

- * Em 1970, o MPLA mantinha dentro do território de Angola 16 esquadrões (unidades de combate muito poderosas, comandadas por guerrilheiros experientes e com provas dadas, num total de mais de 1.500 guerrilheiros armados), localizados nas rotas do rio Luena (rota "Agostinho Neto") e do rio Cuando, além de outras localizações laterais e secundárias;
O Agrupamento "Siroco" - 1971, formado por tropas comando, atacou, destruiu e desbaratou os esquadrões do MPLA na rota do Cuando com quatro operações sucessivas, lançadas de oeste para este. Parte destes batalhões desorganizados juntou-se aos da rota do Luena, enquanto outra parte fugiu para as bases na Zâmbia. Um destes esquadrões (esquadrão Bigman) deixou a aguerrida e muito temível Secção Cuenhe na região de Coutada de Mavinga, próxima da fronteira;
- * Numa operação decisiva (Op. Rojão IH) o Agrupamento Raio - 1972, de tropas comando, destruiu as forças do MPLA na rota do Luena. Os guerrilheiros que escaparam puseram-se em fuga para a Zâmbia;
- * Em Coutada de Mavinga, a citada Secção Cuenhe, que entre Junho e Agosto causara apreciáveis baixas às FAP (21 mortos), foi aniquilada na operação Rubi (ZH), de 8 a 26 de Janeiro de 1973;
- * O último grupo do MPLA em território de Angola foi destruído na região de Ninda-Chiume, em 29 de Junho de 1973;
- * O Batalhão n.º 3 da FNLA, que se infiltrara pela rota do rio Cassai, a norte do Saliente do Cazombo, abandonara já o Leste em Setembro de 1972, perseguido pelas tropas portuguesas;

- A UNITA permanecia nas nascentes do Lungué-Bungo, em paz com as FAP, mercê de um acordo mútuo de não agressão com as autoridades portuguesas, que estas viriam a quebrar em 1974.

3.4. A aproximação da UNITA

Em 1972, Jonas Savimbi deu indícios de que queria ter conversações com as autoridades portuguesas, escrevendo cartas aos madeireiros da região de Cangumbe que claramente lhes eram dirigidas. Em 25 de Março desse ano, ocorreu a primeira reunião, a que se seguiram outras, sem que Savimbi alguma vez aparecesse pessoalmente. A troca de correspondência foi sempre cordial e chegou-se ao ponto de um médico militar ir à mata, em clima de grande nervosismo, verificar o estado de saúde do dirigente da UNITA, a seu pedido.

Foi possível estabelecer-se um acordo informal de não agressão, que era do conhecimento do governador-geral e do comandante-chefe e que sempre se respeitou. Nunca o Comando da ZML forneceu a Savimbi munições, para além de uma quantidade limitada e controlada claramente destinada à caça ou à sua guarda pessoal, e o acordo jamais condicionou a manobra militar das FAP, sendo fixada à UNITA determinadas áreas onde podia actuar, sempre em coordenação com o Comando da ZML.

Savimbi mostrou ser muito astuto, nunca se comprometendo com nada e nunca revelando o verdadeiro objectivo que queria alcançar, para além da destruição do MPLA e da FNLA, que considerava como seus inimigos. A operação "Madeira", como se chamava este acordo, foi um sucesso para as autoridades portuguesas, pois afastou a UNITA da luta armada contra os militares portugueses e ajudou a travar a expansão do MPLA. Já o propósito inicial de tentar integrar os seus guerrilheiros não teve o mesmo êxito.

Em Março de 1973, o general Abel Hipólito, novo comandante da ZML, numa atitude ainda não compreendida mas contra a opinião do general Costa Gomes, então Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), mas certamente com parecer favorável do novo comandante-chefe, general Luz Cunha, quebrou o acordo passando a atacar a UNITA, que reagiu da mesma forma. A Revolução de 25 de Abril não permite vislumbrar como iriam evoluir as relações entre as FAP e a UNITA, que Savimbi pretendia manter. Mas a verdade é que

a UNITA, sozinha no Teatro de Operações e sem apoios da Zâmbia, não resistiria por muito tempo.

4. Fecho

Os números referentes às armas apreendidas no Leste e no Norte de Angola permitem fazer uma análise comparativa e são elucidativos do esforço operacional e do êxito conseguido na zona Leste. De 1968 a 1973, as tropas portuguesas capturaram no Leste, respectivamente, 101, 176, 417, 520, 1031 e 769 armas de todos os tipos, enquanto no Norte os valores correspondentes foram de 49, 87, 113, 153, 219 e 280.

O depoimento de várias entidades responsáveis elucidava também, de forma cabal, a situação que se vivia em Angola em 1974:

- * "[...] No I.º semestre de 1973 e na ZML, não parecia de prever que o inimigo (FNLA e MPLA) estivesse em condições de fazer mais do que: reforçar e recuperar rotas e áreas necessárias para voltar a montar um dispositivo que lhe criasse condições para expansão; e implantar engenhos explosivos e atacar aquartelamentos nas proximidades da fronteira"⁽¹⁾.
- * "Quando, em princípio de 1971, chegámos ao Luso, o MPLA teve o desprazo de fazer passar um grupo de guerrilheiros pelos arredores da cidade, como que a avisar que, a partir das últimas casas, só nos podíamos mover com forte escolta. Por seu lado, na mesma altura, a UNITA executava uma sabotagem sobre o CFB, também marcando território. Menos de dois anos depois, em Outubro de 1972, até os civis iam do Luso a Gago Coutinho (mais de 300 km) sem recorrer às escoltas militares, faziam-se "piqueniques" nas margens do Luena e o caminho-de-ferro funcionava regularmente e com segurança. Elementos da própria administração do Caminho-de-Ferro de Benguela vieram de comboio ao Luso e regressaram nele aquando da inauguração da nova estação..."⁽²⁾.

⁽¹⁾ Bettencourt Rodrigues, general, comandante da ZML, conferência no IAEM, em Julho de 1973.

⁽²⁾ General Ramires de Oliveira, Chefe de Estado Maior da ZML, in *Notas Sobre a Zona Militar Leste*, edição pessoal policopiada, nunca publicada.

- "[...] A norte, após a acção do Siroco-1972, apenas ficaram dois guerrilheiros, na área do Luena. Chamávamos-lhes "os japoneses", por analogia com os combatentes que ficaram nas ilhas do Pacífico depois do fim da guerra"⁽³⁾.
- # "[...] Quando chegámos ao ano de 1973, princípio de 1974, a UNITA estava absolutamente sozinha no terreno face ao Exército Português. Não havia quase ninguém do MPLA no interior.. ."⁽⁴⁾.
- "[...] Agora que a FNLAe MPLA estão repelidos desde a região do Luso e Cuvelai até à fronteira, em especial nas regiões fronteiriças a Teixeira de Sousa e Mussuma, ficaram como problemas maiores de toda a ZML o problema da UNITA e o da concentração da população na região do Luso"⁽⁵⁾.
- * "[...] No princípio de 1974, uma boa parte da nossa actividade militar era constituída por nomadizações, pois as acções da iniciativa da guerrilha tinham praticamente sido suspensas. [...] No mês de Abril de 1974, em todo o Sector Sudeste (Quando-Cubango) não houve qualquer contacto entre as nossas forças e os grupos de guerrilheiros quer da UNITA quer do MPLA, isto apesar da manutenção do nosso esforço operacional em elevado ritmo"⁽⁶⁾.

O próprio responsável do MPLA no Leste, Daniel Chipenda, afirmou, em 15 de Agosto de 1974, no primeiro congresso do MPLA, em Lusaca, patrocinado pela O.U.A.: "[...] Para nós, a crise na Frente Leste começou em fins de 1968, quando os portugueses colonialistas começaram nova estratégia contra as nossas forças. A ofensiva iniciada em Setembro de 1968 com a actuação combinada da Força Aérea (aviões de reconhecimento, bombardeiros, aviões de transporte, helicópteros e pára-quedistas), Infantaria (forças de quadrícula, caçadores especiais e comandos), forças terrestres da Marinha (fuzileiros navais), GE's (grupos especiais angolanos militarizados), TE's (tropa angolana de 2ª. Linha) e milícias da PIDE.

(3) Coronel comando Oliveira Marques, in "Destroçar o MPLA", *A Guerra de África (1961-74)*, coord, de José Freire Antunes.

(4) Jonas Malheiro Savimbi, depoimento em *A Guerra de África (1961-74)*, coord, de José Freire Antunes.

(5) General Abel Barroso Hipólito, in Actas da Sessão de 30 de Abril de 1974 do CECS.

(6) Brigadeiro Hélio Felgas, in *Jornal do Exército*, n.º 406, Out. 1993.

Quando iniciaram a estratégia da terra queimada e constituíram a barreira planáltica e praticaram uma política psico-social de recuperação em todos os escalões..."⁽⁷⁾.

Chipenda, que enumera depois os erros próprios, aponta com grande realismo as causas e os motivos da vitória das FAR. Em 1974, não teria ainda a percepção ou o conhecimento de que a nossa estratégia portuguesa só se iniciara em 1970.

A Batalha do Leste fora ganha e o MPLA e a FNLA ficaram completamente desorganizados, não só no Leste como a nível global. Angola estava livre da guerrilha, as populações aderiram definitivamente às autoridades e passou-se a poder circular por todo o território de Angola, sem escoltas por áreas até então impensáveis. O desenvolvimento de Angola aumentara de forma muito rápida e a confiança no futuro era enorme, repetindo-se por todo o lado o slogan "Ninguém segura Angola".

O número de acções em todo o território de Angola era escassíssimo em Janeiro de 1974 e diminuía de mês para mês. Numa área total de 1 246 700 Km² e com uma população de 5 600 000 habitantes, intervindo três movimentos armados que chegaram a dispor de vários milhares de armas de todos os tipos, no interior, com uma fronteira terrestre com países apoiantes da guerrilha de 3.500 Km e uma fronteira marítima de 1.706 Km, actuando em duas frentes distintas, separadas por milhares de quilómetros, as acções do inimigo não atingiram sequer uma por dia e raramente recaíam sobre as FAR. Quanto ao Leste, os números eram mais reveladores porquanto, para uma área de 700.000 Km², a média era inferior.

Quando, na sequência da Revolução de 25 de Abril de 1974, o último Governador-Geral do Estado de Angola, engenheiro Fernando Santos e Castro, e o último Comandante-Chefe das Forças Armadas de Angola, general Joaquim da Luz Cunha, foram afastados dos seus cargos, podiam orgulhar-se da situação que deixavam.

Os movimentos no Leste poderiam vir a retomar a luta, não sendo lícito discorrer sobre quando e como o fariam. Poderia até suceder um entendimento com o Governo Português, que ensaiava formas de

⁽⁷⁾ José Manuel Barroso, *Diário de Notícias*, 5 Fev. 2001.

diálogo, nomeadamente com o MPLA⁽⁸⁾. O Comando da ZML foi o único dos Comandos dos três teatros de operações da guerra de África a ser louvado como tal, por relevantes e distintos serviços que prestaram as Forças Armadas, as Instituições Militares e a Nação⁽⁹⁾.

Trabalhos do autor com relevância para a matéria abordada:

Aspectos da Actividade Operacional em Angola (1961-64), Livro 1 - Tomo I, "Resenha Histórica-Militar das Campanhas de África", Lisboa, Ed. EME, 1998.

Angola 1966-74 - Vitória Militar no Leste, Lisboa, Ed. Prefácio, col. "Batalhas de Portugal", 2002.

Angola 1961 - Da Baixa do Cassange a Nambuangongo, Lisboa, Ed. Prefácio, 2005.

Aspectos da Actividade Operacional em Angola (1964-74), Livro 2, Tomo I, "Resenha Histórica-Militar das Campanhas de África", Lisboa, Ed. EME, 2006.

General Silva Freire, Lisboa, Ed. Prefácio, col. "História Militar", 2009.

⁽⁸⁾ Ver "Conversas em Roma - As negociações secretas com o MPLA", Revista do semanário *Expresso*, 27 Abr. 1996.

⁽⁹⁾ Ordem de Serviço do CCFAA n.º 42, de 22 Ago. 1972.